



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

AUTÓGRAFO Nº 3744/2025
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2235/2024
AUTORIA: VEREADOR MÔ LIMA

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE
SEGURANÇA AQUÁTICA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO
SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Segurança Aquática, tendo por escopo estabelecer ações de segurança visando à prestação de serviços de exercícios e treinamento em atividade aquática, na área de atividade física, desportiva e similar.

Parágrafo único. O Programa Municipal de Segurança Aquática estabelecerá responsabilidades e compromisso para conscientização da sociedade com relação a prevenção de afogamentos, assim como à qualidade e segurança numa sessão, aula treinamento, atividades aquáticas em estabelecimentos com piscina, tanques aquáticos e similares, bem como em outros espelhos d'água, como represas, lagos, rios e praias.

Art. 2º Para efeitos desta lei, consideram-se ações de orientação e prevenção de segurança aquática:

- I – divulgar por intermédio de palestras, campanhas e outros meios, práticas adequadas referentes ao ambiente aquático visando diminuir acidentes nas residências, rios, represas, piscinas, praias e lagos;
- II - conscientizar a população acerca de riscos e perigos nos ambientes aquáticos, informando sobre procedimentos preventivos;
- III - formar cidadãos multiplicadores que possam difundir o uso de práticas seguras em ambientes aquáticos;
- IV - evitar acidentes domésticos em baldes, tanques, pias e outros, estabelecendo programas educativos para aflorar a cultura de prevenção em piscinas e ambientes domésticos;
- V – implementar programa de ensino de natação para crianças, com caráter preventivo, estimulando a prática de aulas onde a segurança aquática faça parte do processo educativo.

Art. 3º As ações do Programa Municipal de Segurança Aquática, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, poderão ser implementadas em parceria com entidades desportivas e empresas ligadas às atividades aquáticas.

§ 1º Para a consecução dos objetivos deste artigo, o Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios necessários para a implementação das ações do Programa Municipal de Segurança Aquática,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

§ 2º Nas entidades conveniadas as aulas de natação serão oferecidas, prioritariamente, as pessoas em situação de vulnerabilidade social devidamente inscrita nos programas sociais.

Art. 4º O Poder Executivo, através do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado da Paraíba, ou de outros entes, poderão ministrar palestras nas escolas públicas e privadas sobre o Programa Municipal de Segurança Aquática.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 27 DE MAIO DE 2025.


VALDIR JOSÉ DOWSLEY
Presidente